

A importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar

Érika Aparecida Fonseca do Lago
Dlayne Giordana Pereira Soares

Introdução

A educação inclusiva representa tanto um desafio quanto uma meta central das atuais políticas educacionais. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destaca-se como uma medida fundamental para assegurar que alunos com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades tenham acesso à educação, consigam permanecer na escola e avancem em seu processo de aprendizagem (Dezinho, 2018). Apesar de sua importância, a aplicação prática do AEE ainda enfrenta dificuldades, como a escassez de recursos adequados, a necessidade de formação continuada para os docentes e a ausência de adaptações pedagógicas que favoreçam a real inclusão desses estudantes.

A questão que orienta esta pesquisa é: de que maneira o Atendimento Educacional Especializado pode contribuir para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais específicas? Com base nessa problemática, este trabalho tem como objetivo compreender o impacto do AEE na promoção de uma educação inclusiva, explorando os principais desafios encontrados e identificando práticas pedagógicas que potencializam esse atendimento. Pretende-se, ainda, analisar aspectos como a estrutura física das salas de recursos multifuncionais, o preparo dos profissionais que atuam no AEE e o trabalho colaborativo entre professores da educação regular e os especialistas.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas condições individuais. Ao discutir a importância do AEE na inclusão escolar, espera-se contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas e das políticas educacionais voltadas à educação especial. Compreender os desafios e as potencialidades desse atendimento permite avançar na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos os estudantes possam se desenvolver plenamente em um ambiente que respeite e valorize a diversidade.

A metodologia adotada para este estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica. Serão examinadas legislações, diretrizes e artigos acadêmicos que tratam do AEE e sua relação com a educação inclusiva, além da análise de experiências pedagógicas que demonstram boas práticas na implementação desse atendimento.

Essa pesquisa se justifica na ausência de atendimento educacional especializado para os alunos que precisam nas comunidades quilombolas.

Os resultados esperados incluem uma compreensão aprofundada das políticas públicas voltadas à inclusão escolar, a identificação dos principais desafios enfrentados na implementação do AEE e a proposição de encaminhamentos para tornar esse atendimento mais eficaz. Espera-se contribuir para o debate sobre a efetividade do AEE e suas implicações na aprendizagem de crianças com deficiência. Inicialmente, será apresentada uma discussão sobre políticas públicas e legislação sobre educação inclusiva, abordando o arcabouço legal que orienta a educação inclusiva no Brasil e suas implicações para a prática pedagógica. Em seguida, será analisado o papel do Atendimento Educacional Especializado na inclusão escolar, destacando suas funções, modalidades de atuação e a interação entre os profissionais do AEE e os professores do ensino regular.

Posteriormente, será abordada a importância desse atendimento na aprendizagem da criança com deficiência, enfatizando seus impactos no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, além de apontar desafios e boas práticas. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, com as principais conclusões do estudo e sugestões para aprimorar a efetividade do AEE e fortalecer políticas que garantam uma educação inclusiva de qualidade.

Políticas públicas e legislação sobre Educação Inclusiva

A educação inclusiva é um direito fundamental e um dos pilares para a construção de uma sociedade mais igualitária. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), “a educação deve ser inclusiva em todos os níveis, assegurando a não discriminação e o pleno desenvolvimento do potencial humano”. No Brasil, diversas políticas e legislações foram implementadas para garantir esse direito, promovendo investimentos e mudanças estruturais para a efetivação da inclusão.

Conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015),

é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, visando o pleno desenvolvimento do potencial dos estudantes com deficiência. (Brasil, 2015).

Essa legislação reforça o compromisso do Estado brasileiro com a educação inclusiva e a

adaptação dos ambientes escolares para atender às necessidades específicas dos estudantes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) destaca a necessidade de políticas intersetoriais para garantir acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência na educação regular. Nesse sentido, estudos apontam que

a educação inclusiva depende não apenas de leis e diretrizes, mas de investimentos públicos consistentes em infraestrutura, capacitação de profissionais e suporte especializado para que a educação se transforme e garanta equidade. (Educação integral, 2022).

Todavia, desafios persistem, principalmente após a revisão da política educacional em 2020, que propôs a reintrodução de salas e escolas especiais, levantando preocupações sobre o retrocesso na inclusão (Educação integral, 2022).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, sendo que, no artigo 208, inciso III, assegura atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Essa premissa é reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que garante a educação como direito inalienável (Brasil, 1990).

A inclusão escolar requer a formação de professores capacitados, conforme destaca o estudo de Dézinho (2018, p. 134): “[...] a necessidade de capacitação docente para que os profissionais da educação consigam promover uma prática pedagógica realmente inclusiva, adaptando-se às necessidades individuais dos estudantes”.

Em conclusão, a legislação brasileira avançou significativamente na promoção da educação inclusiva, mas ainda há desafios na implementação efetiva dessas normas. A necessidade de investimentos, formação docente e infraestrutura adequada são pontos fundamentais para garantir que a inclusão educacional seja uma realidade para todos os estudantes.

O papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma ferramenta essencial no contexto da educação inclusiva, pois oferece suporte pedagógico direcionado a estudantes com deficiência, buscando assegurar sua participação no currículo comum e promover a equidade no ambiente escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 58, determina que os sistemas de ensino devem garantir esse atendimento, preferencialmente no âmbito da escola regular (Brasil, 1996).

O objetivo do AEE é remover os obstáculos que dificultam a aprendizagem, por meio da adoção de metodologias diferenciadas, recursos de tecnologia assistiva e adaptações curriculares que respeitem as particularidades de cada estudante. Como destaca Fernandes (2023), é fundamental que esse atendimento crie condições adequadas para que o aluno com deficiência

possa acompanhar as atividades escolares de forma equitativa, recebendo o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a necessidade de políticas públicas que assegurem a inclusão escolar e o atendimento especializado, enfatizando a importância de ambientes educacionais acessíveis e adequados às condições de cada aluno. Conforme Mantoan (2021), “a implementação do AEE nas escolas é um passo fundamental para garantir a plena participação dos alunos com deficiência, criando uma cultura escolar inclusiva, que valorize a diversidade e ofereça um atendimento individualizado e especializado para cada aluno, conforme suas necessidades”.

A legislação brasileira também determina que o AEE seja ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, com o objetivo de promover a interação dos alunos com deficiência com os colegas da turma, favorecendo a troca de experiências e o desenvolvimento social (Brasil, 2015). O papel do professor especializado é fundamental, pois ele deve planejar e executar atividades que atendam às diferentes necessidades educacionais dos alunos, assegurando que todos possam participar do currículo escolar de maneira significativa.

A efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade, no entanto, depende de um processo contínuo de capacitação dos professores, bem como da criação de um ambiente escolar que valorize e respeite a diversidade. Nesse contexto, o trabalho do AEE não se limita ao suporte pedagógico individual, mas deve envolver também a comunidade escolar, incluindo os gestores, coordenadores e alunos, no processo de construção de uma cultura inclusiva e solidária.

De acordo com Mantoan (2006), “para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário que toda a escola, desde a sua gestão até as suas práticas pedagógicas, se comprometa com a mudança cultural que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos os alunos.” Assim, o AEE se torna um elemento estratégico na construção de uma escola inclusiva, onde todos os alunos possam aprender, conviver e se desenvolver, respeitando suas especificidades.

A importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na aprendizagem da criança com deficiência

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar. Esse serviço tem como objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras ao aprendizado, garantindo a plena participação dos alunos no processo educacional (Brasil, 2008).

O professor responsável pelo AEE tem atribuições específicas, como a avaliação das necessidades educacionais especiais, a elaboração e disponibilização de materiais adaptados, a colaboração com os docentes da sala regular e a orientação às famílias sobre o desenvolvimento educacional dos alunos.

(Santos, 2017). Essas atividades ocorrem, geralmente, na Sala de Recursos Multifuncionais, um espaço estruturado para atender os alunos no contraturno escolar, de forma individual ou em pequenos grupos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) não deve ser confundido com reforço escolar, pois seu foco está em oferecer um apoio complementar que favoreça a autonomia e a independência dos estudantes com deficiência, tanto no ambiente escolar quanto em seu cotidiano (Souza; Silva, 2023). Para isso, são empregados diversos recursos, como tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e sistemas de comunicação alternativa.

As tecnologias assistivas englobam ferramentas e dispositivos que auxiliam na comunicação, na mobilidade e no acesso ao conteúdo escolar, como softwares leitores de tela, pranchas de comunicação e recursos de acessibilidade física (Souza, 2023). Já os materiais pedagógicos adaptados incluem, por exemplo, livros em braile, jogos acessíveis e suportes visuais que favorecem a aprendizagem.

O principal propósito do AEE é eliminar barreiras que limitam o processo educativo, contribuindo para a inclusão efetiva dos estudantes no ambiente escolar e no convívio social. Ao identificar os desafios enfrentados por esses alunos e propor estratégias pedagógicas adequadas, o AEE possibilita uma aprendizagem significativa e inclusiva (Oliveira, 2024).

Ademais, ao incentivar a participação ativa dos alunos nas atividades escolares e comunitárias, esse atendimento especializado fortalece práticas educativas inclusivas e equitativas (Silva; Almeida, 2025). Considerando que cada estudante possui necessidades específicas, torna-se imprescindível que o AEE adote um planejamento individualizado, respeitando suas particularidades e promovendo um ambiente educacional mais acessível e igualitário.

O Atendimento Educacional Especializado é uma estratégia essencial para garantir a efetivação da educação inclusiva, pois possibilita que crianças com deficiência recebam suporte adequado para o seu aprendizado e desenvolvimento integral. Assim, a sua implementação qualificada, aliada ao compromisso dos profissionais da educação, contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Considerações finais

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental na inclusão escolar, garantindo que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso a um ensino de qualidade e adaptado às suas necessidades. A implementação adequada do AEE contribui para a equidade educacional e fortalece o princípio da inclusão, promovendo a participação ativa de todos os alunos no ambiente escolar.

Observou-se que, apesar dos avanços nas políticas públicas e na legislação, ainda há desafios na efetivação do AEE, como a falta de formação continuada para os profissionais da educação e a escassez de recursos pedagógicos acessíveis.

Esses fatores podem comprometer a efetividade das práticas inclusivas e dificultar a aprendizagem dos estudantes que necessitam desse atendimento especializado.

A utilização de estratégias pedagógicas diversificadas, o uso de tecnologias assistivas e a adaptação curricular são elementos essenciais para o sucesso do AEE. Além disso, o trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e profissionais especializados potencializa a inclusão, promovendo um ambiente escolar mais acessível e acolhedor para todos.

É imprescindível, portanto, que as escolas recebam suporte adequado para a implementação do AEE, garantindo que os espaços e os materiais sejam adaptados, bem como que os docentes estejam preparados para atuar de forma inclusiva. A sensibilização da comunidade escolar e a valorização da diversidade são aspectos essenciais para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, conclui-se que o AEE é um componente indispensável para garantir a inclusão escolar e o desenvolvimento pleno dos estudantes com necessidades educacionais específicas. O fortalecimento das políticas inclusivas, a formação de profissionais capacitados e a disponibilização de recursos adequados são medidas essenciais para consolidar uma educação acessível, equitativa e de qualidade para todos.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DÉZINHO, Mariana. **Educação Inclusiva e Formação Docente: desafios e perspectivas**. 2018. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Mariana-D%C3%A9zinho.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Educação inclusiva depende de investimentos e políticas públicas intersetoriais**. 2022. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/especiais/eleicoes-2022/reportagens/educacao-inclusiva-depende-investimentos-politicas-publicas-intersectoriais>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FERNANDES, M. A. **Atendimento Educacional Especializado e Inclusão Escolar: Desafios e Avanços**. 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID14867_TB6059_10122023180312.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, M. T. **A Inclusão Escolar: Desafios e Possibilidades**. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. **Cultura Inclusiva e a Importância do AEE**. 2021. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_\(polianny_e_anna_paula\).pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_(polianny_e_anna_paula).pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, M. A. A aprendizagem inclusiva e o papel do AEE nas escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 10, n. 2, p. 50-68, 2024.

POLIANNY, N.; PAULA, A. A importância do Atendimento Educacional Especializado para a inclusão escolar. In: SEMINÁRIO POTIGUAR, 2020, Natal. **Anais...** Natal: UERN, 2020. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_\(polianny_e_anna_paula\).pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_(polianny_e_anna_paula).pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

REALIZE, Editora. **O papel do Atendimento Educacional Especializado no processo de inclusão escolar**. 2021. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD_1_SA110_ID2279_12072021183346.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

SANTOS, M. C. F. **Atendimento educacional especializado: um estudo sobre práticas pedagógicas inclusivas**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29005/3/2017_tcc_mcf santos.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

SETREM. **O papel do AEE no processo de inclusão na escola regular**. 2023. Disponível em: <https://setrem.edu.br/o-papel-do-aee-no-processo-de-inclusao-na-escola-regular/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, R.; ALMEIDA, P. O impacto do Atendimento Educacional Especializado na aprendizagem de crianças com deficiência. **Revista de Pedagogia Inclusiva**, v. 15, n. 1, p. 23-40, 2025.

ZENDESK. **Atendimento Educacional Especializado e o papel da inclusão escolar**. 2021. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/atendimento-educacional-especializado/>. Acesso em: 10 jan. 2025.